

QUANDO OS ADULTOS SOMEM: A ADULTIZAÇÃO DA INFÂNCIA E AS NOVAS FORMAS DE ORFANDADE

WHEN ADULTS DISAPPEAR: THE ADULTIZATION OF CHILDHOOD AND NEW FORMS OF ORPHANHOOD

Débora Viana de Souza

Universidade Católica de Brasília, Brasil

Edinaldo Enoque da Silva Júnior

Rede Pública Estadual de Santa Catarina, Brasil

Jenerton Arlan Schütz

Must University, Estados Unidos

Fábio César Junges

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil

Resumo: O artigo analisa o fenômeno da adultização da infância e a ausência de adultos como referências simbólicas, problematizando os impactos dessas transformações na formação afetiva, cognitiva e ética das novas gerações. Em um contexto marcado pela aceleração do tempo, pela cultura do desempenho e pela influência das mídias digitais, observa-se a antecipação de papéis e responsabilidades que afastam a criança do tempo próprio da infância. A pesquisa, de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, fundamenta-se em autores como Oliveira *et al* (2020), Ferreira (2021), Castilhos e Leandro (2018) e Lajonquière (2019), que discutem a crise das presenças adultas e a perda da ludicidade como eixos centrais da experiência formativa. O estudo aponta que a infância contemporânea vem sendo convertida em um espaço de cobranças e comparações, no qual a imaginação e o brincar cedem lugar à produtividade e ao consumo. Essa lógica adultocêntrica compromete o desenvolvimento emocional e simbólico das crianças, tornando-as vulneráveis à solidão, à ansiedade e à ausência de vínculos estáveis. A nova orfandade simbólica manifesta-se na fragilidade das relações intergeracionais e na dissolução da autoridade como presença orientadora. Diante desse quadro, o artigo propõe uma reflexão sobre a reconstrução das presenças adultas, compreendidas como gestos éticos de escuta, cuidado e responsabilidade



compartilhada. Conclui-se que resgatar a infância implica reencantar o papel do adulto como mediador de sentidos e valores, capaz de sustentar o diálogo entre gerações e promover experiências educativas humanizadoras.

Palavras-chave: infância; adultização; autoridade simbólica; vínculos afetivos; presença educativa.

Abstract: The article analyzes the phenomenon of the adultization of childhood and the absence of adults as symbolic references, examining the impacts of these transformations on the emotional, cognitive, and ethical development of younger generations. In a context marked by accelerated time, performance culture, and the pervasive influence of digital media, childhood experiences are being prematurely shaped by adult expectations of autonomy and productivity. This qualitative and bibliographic study is grounded in authors such as Oliveira et al., Ferreira, Castilhos and Leandro, and Lajonquière, who discuss the crisis of adult presence and the loss of playfulness as key aspects of formative experience. The analysis reveals that contemporary childhood has increasingly been converted into a space of pressure and comparison, where imagination and play give way to performance and consumption. This adult-centered logic undermines emotional and symbolic development, exposing children to solitude, anxiety, and unstable relationships. The so-called new symbolic orphanhood manifests itself in fragile intergenerational ties and the dissolution of authority as a guiding presence. In light of this scenario, the article proposes a reflection on the reconstruction of adult presences, understood as ethical gestures of listening, care, and shared responsibility. It concludes that reclaiming childhood requires re-enchancing the adult's role as a mediator of meaning and values — one capable of restoring dialogue between generations and fostering educational experiences grounded in humanity and empathy.

Keywords: childhood; adultization; symbolic authority; affective bonds; educational presence.

Introdução

O presente artigo aborda a temática da adultização da infância e a ausência de adultos como referências simbólicas, fenômenos que têm se intensificado nas últimas décadas e que expressam uma crise nas relações intergeracionais. Em um contexto marcado pela aceleração do tempo, pela valorização da produtividade e pela crescente influência das mídias digitais, as fronteiras entre o universo infantil e o adulto tornam-se difusas, produzindo impactos significativos na formação emocional,

cognitiva e ética das novas gerações. A infância, que deveria constituir-se como um espaço de experimentação, ludicidade e descoberta, vem sendo transformada em um ensaio precoce da vida adulta, onde a imaginação cede lugar à cobrança e ao desempenho.

O problema central que orienta esta reflexão reside na dissolução do papel simbólico do adulto e na consequente orfandade das crianças em relação às figuras de autoridade, cuidado e orientação. A ausência de adultos presentes e conscientes de sua função educativa tem deixado as crianças expostas a modelos efêmeros, derivados do consumo e da aparência. Conforme alertam Oliveira *et al.*¹, “a adultização precoce priva a criança do tempo necessário para elaborar afetos, descobrir o mundo e construir sua identidade”, evidenciando que a antecipação de papéis compromete o desenvolvimento integral e o reconhecimento da infância como valor humano em si.

A justificativa para a abordagem do tema decorre da necessidade de repensar as bases éticas e afetivas da educação contemporânea, em um tempo em que o excesso de estímulos e a fragmentação das presenças dificultam a transmissão de valores e experiências. A adultização precoce não é apenas um desvio de conduta, mas um sintoma de uma cultura que perdeu o sentido da escuta, da ternura e da convivência. Refletir sobre o tema é, portanto, uma forma de denunciar o empobrecimento simbólico das relações humanas e de propor caminhos para a reconstrução de presenças capazes de sustentar o crescimento infantil de forma equilibrada e sensível.

Como objetivo geral, busca-se analisar as manifestações e consequências da adultização da infância e da ausência de adultos como referências formativas, evidenciando seus impactos sobre a subjetividade e a socialização das crianças. De modo complementar, os objetivos específicos incluem: compreender como a lógica da produtividade e do consumo antecipa papéis infantis; discutir os efeitos da crise de autoridade sobre a educação e a convivência familiar; e propor reflexões que contribuam para a reconstrução de vínculos simbólicos e afetivos entre gerações.

A fundamentação teórica baseia-se em autores que discutem os efeitos culturais e educativos da adultização, como Oliveira *et al.*²,

1 OLIVEIRA *et al.* (2020, p. 58).

2 OLIVEIRA *et al.* (2020).

Castilhos e Leandro³, Ferreira⁴, Lajonquière⁵, entre outros. Esses estudos evidenciam que o enfraquecimento da presença adulta e o predomínio da lógica midiática têm produzido uma infância acelerada e carente de mediação simbólica. De acordo com Ferreira⁶ “a infância contemporânea se desenvolve sob o signo da pressa e da exposição”, revelando o quanto o tempo e o espaço da infância foram colonizados por expectativas adultas.

A metodologia adotada é de natureza bibliográfica e reflexiva, sustentada em revisões de literatura e análise interpretativa de textos acadêmicos que tratam da formação infantil, das transformações culturais e da função simbólica do adulto. A abordagem é qualitativa, centrada na articulação entre dimensões éticas, afetivas e educativas que atravessam o fenômeno analisado. O estudo propõe um olhar interdisciplinar, dialogando com perspectivas da psicologia, da pedagogia e das ciências sociais, de modo a ampliar a compreensão sobre os desafios contemporâneos da infância.

Quanto à estrutura, o artigo organiza-se em três eixos principais. No primeiro, examina-se a adultização da infância como processo cultural que antecipa papéis, reduz a ludicidade e compromete o desenvolvimento simbólico. No segundo, analisa-se a ausência de adultos e a nova orfandade simbólica, destacando a crise de autoridade e a fragilidade dos vínculos intergeracionais. Por fim, o terceiro eixo apresenta reflexões sobre a reconstrução das presenças adultas, discutindo caminhos éticos e educativos para reencantar o papel do adulto na formação infantil. Ao final, as considerações gerais sintetizam as contribuições teóricas e práticas do estudo, reafirmando a urgência de uma pedagogia centrada no cuidado, na escuta e na presença significativa.

A infância em risco: quando o mundo adulto invade o universo infantil

A infância representa uma etapa decisiva na formação humana, marcada pela ludicidade, pela imaginação e pela aprendizagem mediada pela curiosidade. Contudo, as dinâmicas sociais e tecnológicas atuais vêm antecipando experiências adultas, impondo às crianças exigências de desempenho e autocontrole que as afastam do tempo próprio da infância.

3 CASTILHOS; LEANDRO (2018).

4 FERREIRA (2021).

5 LAJONQUIÈRE (2019).

6 FERREIRA (2021, p. 61).

Essa sobreposição de papéis transforma o brincar em tarefa e o aprender em obrigação, reduzindo o espaço da fantasia e da espontaneidade. Nesse contexto, a infância deixa de ser um território de experimentação livre para tornar-se um ensaio precoce da vida adulta, o que fragiliza o desenvolvimento integral e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos.

A antecipação de papéis e exigências adultas restringe o tempo da criança para viver plenamente sua afetividade e imaginação. Conforme Oliveira *et al.*⁷, “a adultização precoce priva a criança do tempo necessário para elaborar afetos, descobrir o mundo e construir sua identidade”, evidenciando que apressar a maturidade compromete seu desenvolvimento integral. De acordo com Silveira Netto⁸, “quando o brincar e a curiosidade cedem espaço a ideais de produtividade, a infância perde seu caráter formativo e lúdico”. O olhar adultocêntrico desloca a criança de seu papel de sujeito ativo, limitando sua autonomia e capacidade criadora.

Em muitas práticas familiares e escolares, a ludicidade, que deveria ser eixo estruturante da infância, é convertida em atividade instrumentalizada. O brincar perde seu valor intrínseco e passa a ser visto como meio para alcançar resultados cognitivos. Como observam Castilhos e Leandro⁹:

A infância é um tempo de descobertas e aprendizagens mediadas pelo brincar, o que significa que toda tentativa de suprimir essa experiência implica limitar a própria condição humana. Nesse sentido, educar sem espaço para a imaginação é reduzir o desenvolvimento a uma sequência de tarefas e metas, negando a singularidade e o prazer de aprender com o mundo.

O fenômeno da adultização manifesta-se também no campo midiático e tecnológico, impondo à criança modelos de conduta e consumo que ultrapassam sua fase de desenvolvimento. Ferreira¹⁰ observa que “a infância contemporânea se desenvolve sob o signo da pressa e da exposição”, apontando a perda do tempo necessário à formação da subjetividade. A imersão precoce nas redes sociais estimula comparações, vaidade e ansiedade, pois a criança é levada a medir-se por padrões inalcançáveis. Como consequência, o universo digital amplia o alcance da

7 OLIVEIRA *et al.* (2020, p. 58).

8 SILVEIRA NETTO, C. F. O fim da infância? As ações de marketing e a “adultização”. *Revista Administração Mackenzie*, v. 11, n. 6, 2010.

9 CASTILHOS; LEANDRO (2018, p. 73).

10 FERREIRA (2021, p. 61).

invasão adulta, transformando a infância em um território de sobrecarga simbólica e fragilidade emocional.

A adultização precoce ultrapassa o campo individual e transforma profundamente a cultura da infância, reconfigurando seus sentidos e experiências. O fenômeno expressa-se em práticas sociais, discursos midiáticos e políticas institucionais que reduzem a criança a um sujeito em preparação para o mundo produtivo. Nessa lógica, autonomia é confundida com desempenho e liberdade com consumo, gerando contradições que afetam sua formação emocional. Ao ser submetida a pressões por eficiência e visibilidade, a infância deixa de ser espaço de experimentação simbólica e torna-se cenário de cobranças e comparações contínuas.

A educação escolar, por sua vez, frequentemente reproduz essa lógica. Ao priorizar avaliações e resultados, a escola antecipa etapas do desenvolvimento, substituindo a curiosidade por obrigações. A criança deixa de explorar o mundo em seu ritmo e passa a responder a cronogramas e indicadores. Freitas *et al.*¹¹ alertam que:

A perda da infância é, em grande medida, a perda da capacidade de imaginar e simbolizar o mundo, revelando que o excesso de controle e padronização conduz a um empobrecimento da experiência educativa. O conhecimento deixa de ser construção compartilhada e torna-se imposição. Assim, a infância, em vez de ser celebrada, é administrada.

A invasão do mundo adulto também se evidencia nas relações afetivas, nas quais o autoritarismo e a cobrança substituem a escuta e o diálogo. Quando o adulto impõe condutas rígidas, desconsidera a singularidade da criança e transforma a convivência em um espaço de obediência. Para Lima¹², “a verdadeira proteção da infância exige reconhecer seu valor próprio, distinto das demandas do mundo adulto”, lembrando que o cuidado deve priorizar o afeto e o acolhimento. De acordo com Assemany¹³, o vínculo educativo se constrói na partilha e no reconhecimento mútuo, não na coerção. É nesse horizonte que o diálogo supera o controle e abre caminho para experiências formativas mais humanas.

A adultização da infância impõe também um desafio ético e afetivo: quando a criança é exposta precocemente a situações e responsabilidades

11 FREITAS, R. B. de. *et al.* “Na frente das câmeras, por trás das telas”: a adultização da infância no Instagram. *Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2021, p. 82.

12 LIMA, R. S. D. E. S. Vulnerabilidade digital e riscos da adultização precoce em mídias sociais. *Revista Brasil de Pesquisa e Educação Contemporânea*, 2025, p. 27.

13 ASSEMAN, N. M. Superestimulação na infância: uma questão contemporânea. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 18, n. 1, p. 155–170, 2016.

que não pode compreender ou sustentar, ocorre um descompasso entre o que ela sente e o que o meio social lhe exige. Essa dissonância produz sofrimento psíquico e insegurança identitária. Conforme aponta Lima¹⁴, “a infância necessita de proteção simbólica e emocional, pois o excesso de expectativas adultas compromete o amadurecimento afetivo”. Quando o brincar é substituído pela pressa, e o afeto pela cobrança, a criança perde o direito de experimentar a si mesma no tempo da curiosidade e da ternura.

Muitos dos comportamentos recorrentes entre crianças na contemporaneidade como ansiedade, retraimento e hipercompetitividade são resultados diretos de um cotidiano pautado pela pressa e pela cobrança. A infância é arrastada para um ritmo que ignora suas necessidades emocionais e o tempo de amadurecimento natural. Nesse contexto, a aceleração constante compromete o equilíbrio afetivo e a curiosidade espontânea, substituindo o prazer da descoberta por metas e avaliações. A fragilidade das relações familiares intensifica esse quadro, pois ao delegar à escola o papel exclusivo de formar e cuidar, perde-se a dimensão do afeto como base do aprendizado. Sem vínculos sólidos, aprender torna-se um exercício mecânico e vazio.

A família e a escola, ao invés de agentes de imposição, precisam constituir-se como espaços de escuta e mediação simbólica. A criança necessita ser reconhecida como sujeito de direitos e desejos, e não como receptáculo de expectativas. Oliveira *et al.*¹⁵ defendem que “a infância é um campo de experiências singulares, cuja riqueza depende da liberdade de imaginar e de ser ouvido”. Resgatar o universo infantil requer, portanto, restaurar o diálogo intergeracional e permitir que o adulto se aproxime do olhar curioso da criança, sem anular sua diferença. Nessa direção, educar torna-se um ato de partilha, e não de colonização.

A escola, enquanto espaço de formação integral, desempenha um papel decisivo na reconstrução da infância e na preservação de seu universo simbólico. Castilhos e Leandro¹⁶ afirmam que “a educação deve garantir o direito de brincar e de se expressar como condições da aprendizagem”, ressaltando o brincar como eixo estruturante da experiência educativa. Nesse sentido, conforme indicam Oliveira *et al.*¹⁷, quando a afetividade e a imaginação são incorporadas às práticas pedagógicas, o aprender torna-se

14 LIMA (2025, p. 65).

15 OLIVEIRA *et al.* (2020, p. 62).

16 CASTILHOS; LEANDRO (2018, p. 77).

17 OLIVEIRA *et al.* (2020).

vivência significativa e transformadora. Desse modo, a escola reafirma seu papel como território de descobertas, e não como espaço de adestramento e controle.

No plano social, a invasão do mundo adulto expressa o esgotamento de uma cultura moldada pelo consumo e pela aparência. A criança passa a ser vista como alvo de estratégias publicitárias e de narrativas midiáticas que exploram sua sensibilidade e reduzem sua imaginação a um bem de mercado. Quando o brincar e o afeto cedem espaço ao desejo imediato, a formação humana perde profundidade e sentido ético. Essa lógica produz sujeitos frágeis e hiperestimulados, distantes de experiências que promovem empatia, cooperação e consciência coletiva.

Apesar dos desafios, há caminhos possíveis de resistência e reconstrução. A pedagogia contemporânea, ao incorporar princípios da educação humanizadora, reconhece que a formação da criança não se restringe ao cognitivo, mas envolve dimensões éticas, afetivas e estéticas. Conforme explica Ferreira¹⁸, “a humanização da infância requer práticas educativas que devolvam à criança o direito de errar, brincar, imaginar e sonhar”. Em um tempo de aceleração e artificialidade, permitir o ócio criativo e o brincar espontâneo é um ato de resistência. Recuperar o valor da imaginação significa afirmar a infância como espaço de futuro, e não como reprodução apressada do presente.

Por fim, proteger a infância é também questionar o adultocentrismo que organiza a vida social. A criança não deve ser reduzida a um adulto em miniatura, mas reconhecida como sujeito em formação, portador de uma sensibilidade própria que amplia a compreensão do mundo. Escutar sua voz é acolher perspectivas que revelam outras formas de ser e de estar no tempo, baseadas na curiosidade e na simplicidade do olhar. Valorizar a infância implica reconhecer seu poder de reencantar o cotidiano e inspirar relações mais humanas, nas quais o brincar e o afeto assumam lugar central no aprendizado da vida.

A ausência de referências adultas e a nova orfandade simbólica

A sociedade contemporânea enfrenta uma profunda transformação nos vínculos entre gerações, marcada pela perda de estabilidade das

18 FERREIRA (2021, p. 65).

figuras que antes ofereciam orientação e sentido. A autoridade simbólica representada por adultos, pais, professores e líderes comunitários, foi gradualmente esvaziada diante da aceleração do tempo, da fragmentação familiar e da predominância das mídias digitais como mediadoras das experiências. O enfraquecimento desses referenciais deixa crianças e jovens em um terreno incerto, sem espelhos morais ou emocionais que os ajudem a interpretar o mundo. Tal desamparo compromete a construção da identidade e da autonomia, gerando insegurança, imaturidade e dificuldades para estabelecer relações éticas e afetivas duradouras.

Historicamente, o adulto atuava como mediador entre a criança e o mundo, transmitindo valores e experiências que orientavam o ingresso na vida social. Com as transformações culturais recentes, esse papel tem sido progressivamente abandonado, gerando um vácuo de referências e de sentido. Conforme observa Lajonquière¹⁹, “o desaparecimento do adulto como referência educativa abre espaço para a tirania da infância, em que a autoridade se dissolve e a experiência deixa de ser transmitida”. A ruptura desse elo intergeracional fragiliza a capacidade das novas gerações de elaborar memórias e projetar futuros.

A nova orfandade simbólica não se limita à ausência física dos pais, mas expressa a crise da função adulta como transmissora de cultura e sentido. Conforme Gonçalves²⁰, “o colapso da autoridade simbólica reflete a erosão de valores comuns e o enfraquecimento do compromisso intergeracional”. Nesse cenário, como explicam Lima Neto e Ischiara²¹, a sociedade da performance converte o adulto em figura oscilante, seduzida pela juventude e incapaz de sustentar uma palavra orientadora. Quando a experiência perde lugar para a novidade, a infância vagueia sem referências estáveis.

A família, tradicionalmente concebida como espaço de segurança e formação de valores, também foi impactada por tais transformações. O ritmo acelerado do trabalho, a fragmentação dos papéis parentais e a hiperexposição digital modificaram o tempo e o modo de convivência entre gerações. Como ilustra Trindade²²:

19 LAJONQUIÈRE (2019, p. 44).

20 GONÇALVES, M. R. Órfãos funcionais: uma reflexão sobre a ausência emocional na parentalidade contemporânea. *Revista Cognito*, v. 2, n. 1, p. 34–48, 2019, p. 56.

21 LIMA NETO, A. R.; ISCHIARA, J. C. Crianças e adolescentes órfãos: um estudo sobre a influência da orfandade no processo de formação psicossocial e desenvolvimento da personalidade. *Revista Expressão Católica*, v. 5, n. 1, p. 47–59, 2016, p. 75.

22 TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de*

A ausência simbólica dos adultos não está apenas na falta de presença física, mas na incapacidade de sustentar a função de limite e cuidado. A criança, nesse contexto, experimenta uma autonomia aparente, porém desprovida de sustentação afetiva e ética. A liberdade sem balizas converte-se em abandono, e a independência precoce torna-se uma forma disfarçada de solidão.

A crise de autoridade no ambiente escolar revela o enfraquecimento dos vínculos entre gerações e a perda de confiança na figura adulta. O professor, embora responsável por orientar e inspirar, enfrenta desvalorização e falta de apoio institucional, o que dificulta o exercício de seu papel ético e pedagógico. Quando a escola deixa de oferecer um espaço seguro de diálogo, instala-se um clima de incerteza que atinge tanto educadores quanto estudantes. A ausência de mediação adulta faz com que o conhecimento se fragmente e a aprendizagem perca seu caráter formativo, transformando o ato educativo em mera transmissão de informações, desvinculada da construção de sentido e da experiência humana compartilhada.

A orfandade simbólica configura-se também como um fenômeno cultural, refletindo a crise de valores que atravessa a contemporaneidade. Em um mundo regido pelo consumo e pela velocidade, o ideal de juventude eterna substitui a sabedoria, a escuta e o cuidado intergeracional. Conforme discute Lajonquière²³, “a função adulta só se realiza quando há disposição para sustentar a palavra e transmitir sentido”. Entretanto, a renúncia a esse papel fragiliza o desenvolvimento infantil. De acordo com o que defende Rozário²⁴, “o adulto contemporâneo confunde liberdade com ausência de limites”, rompendo o elo simbólico que ancora a criança no processo de amadurecimento.

A psicologia contemporânea tem alertado para os efeitos dessa ausência na constituição subjetiva. Crianças e adolescentes, privados de figuras adultas consistentes, enfrentam dificuldades em elaborar frustrações e lidar com a alteridade. Segundo a visão de Morelli²⁵:

A ausência de referência simbólica compromete a internalização de limites e o reconhecimento do outro como diferente. A formação ética

História, v. 19, n. 38, p. 189–210, 2015, p. 38.

23 LAJONQUIÈRE (2019, p. 97).

24 ROZÁRIO, J. D. do. Leituras da orfandade: família, declínio do pai e novas formas de subjetivação. *Tese (Doutorado em Letras)* – Universidade Federal do Espírito Santo, 2020, p. 64.

25 MORELLI, A. J. A criança, o menor e a lei: a institucionalização da infância abandonada no Brasil. *Cadernos CEDES*, v. 17, n. 43, p. 63–78, 2021, p. 51.

requer modelos, não imposições; requer espelhos que devolvam sentido à experiência, não simulacros virtuais. A nova orfandade, portanto, é também um espelho da cultura da indiferença, onde o adulto se esquia da responsabilidade de cuidar e o jovem cresce sem testemunhos duradouros.

O enfraquecimento das referências adultas desorganiza os vínculos afetivos e fragiliza a construção da identidade infantil. Ao crescer em meio a estímulos constantes, mas desprovidos de sentido, a criança experimenta um desenvolvimento acelerado, porém desorientado. A cultura do consumo precoce e da aparência impõe modelos artificiais de sucesso e maturidade, afastando o sujeito da vivência autêntica da infância. A ausência de mediação adulta rompe o elo entre experiência e significado, deixando meninos e meninas sem parâmetros para interpretar o mundo. Nesse vazio simbólico, amadurecem biologicamente, mas carecem de ancoragem emocional e ética.

No plano cultural, a dissolução das fronteiras entre infância e idade adulta tem provocado sérios impactos na formação simbólica das novas gerações. A adultização precoce das crianças e a infantilização dos adultos geram confusão de papéis e fragilizam o processo educativo. Como sugere Gonçalves²⁶, “a crise da autoridade não é apenas pedagógica, mas civilizatória, pois afeta a continuidade da cultura e a confiança nas instituições formadoras”. Sem referências consistentes, celebridades e influenciadores digitais passam a ocupar o lugar do adulto, orientando comportamentos e valores. A convivência mediada pela palavra é substituída pela lógica da imagem e do consumo.

A ausência de referências adultas está intrinsecamente ligada a um processo de desinstitucionalização das experiências formativas. A escola, que outrora ocupava papel central na formação ética e cidadã, hoje disputa atenção com múltiplos agentes e dispositivos tecnológicos. De acordo com Trindade²⁷:

A função educativa perdeu solidez porque se diluiu em um cenário onde todos opinam, mas poucos escutam. O ruído informacional e o relativismo de valores tornam difícil distinguir autoridade de autoritarismo, liberdade de permissividade, e cuidado de controle.

26 GONÇALVES (2019, p. 60).

27 TRINDADE (2015, p. 41).

O professor, muitas vezes, é colocado em um impasse: ou adota uma postura complacente para ser aceito, ou enfrenta resistência ao tentar exercer autoridade legítima. Essa ambiguidade reforça a sensação de orfandade nos alunos, que carecem de figuras estáveis de orientação e pertencimento.

No plano cultural, a dissolução das fronteiras entre infância e idade adulta tem provocado sérios impactos na formação simbólica das novas gerações. A adultização precoce das crianças e a infantilização dos adultos geram confusão de papéis e fragilizam o processo educativo. Como sugere Gonçalves²⁸, a crise da autoridade não é apenas pedagógica, mas civilizatória, pois afeta a continuidade da cultura e a confiança nas instituições formadoras. Sem referências consistentes, celebridades e influenciadores digitais passam a ocupar o lugar do adulto, orientando comportamentos e valores. A convivência mediada pela palavra é substituída pela lógica da imagem e do consumo.

A reconstrução das referências adultas requer um compromisso coletivo e intergeracional, orientado por uma ética do cuidado e da responsabilidade. É necessário ressignificar a autoridade, compreendendo-a não como imposição, mas como presença orientadora e testemunho de coerência. O adulto que educa assume o dever de sustentar o mundo simbólico para as novas gerações, oferecendo segurança, escuta e horizonte de sentido. Reocupar esse papel implica autoconhecimento e formação humana, pois só quem elabora sua própria história pode transmitir valores consistentes. A autoridade autêntica nasce do exemplo vivido e da disposição para orientar com sensibilidade e firmeza.

Na dimensão educacional, o desafio consiste em ressignificar a escola como um espaço de encontro, escuta e diálogo entre gerações. Professores e mediadores precisam reconhecer-se como transmissores de cultura e sentido, reafirmando o valor da ética, da empatia e da responsabilidade. O vínculo pedagógico deve ser construído sobre a confiança e o reconhecimento mútuo, permitindo que o aprendizado ultrapasse a simples transmissão de conteúdos. Reforçar a autoridade simbólica implica valorizar o educador como sujeito de experiência e exemplo. Ensinar, nesse horizonte, é também estar presente, partilhar vivências e inspirar pela coerência do próprio ser.

A nova orfandade simbólica revela o esvaziamento das relações de alteridade e o enfraquecimento dos laços intergeracionais. Vivemos em uma sociedade que exalta a autonomia, mas negligencia o aprendizado

28 GONÇALVES (2019).

que nasce do encontro com o outro. Como observa Pereira e Mendes²⁹, “a infância precisa de adultos que suportem a diferença geracional, sem tentar se confundir com ela”. A crise da presença adulta está ligada à recusa em assumir o papel de mediação e responsabilidade. De acordo com o que argumenta Gonçalves³⁰, “quando o adulto abandona o lugar simbólico, rompe-se o elo de transmissão entre experiência e sentido”. Cuidar da infância é, portanto, preservar a função adulta como fonte de orientação e amparo.

Diante desse cenário, torna-se urgente repensar os papéis e responsabilidades do adulto contemporâneo. A sociedade que almeja formar sujeitos autônomos precisa, paradoxalmente, de adultos conscientes de sua função mediadora. O desafio está em reconstruir vínculos de confiança, restaurar o valor da palavra e reencantar o gesto educativo. A nova orfandade simbólica não será superada por decretos ou discursos, mas pela presença sensível de adultos que se disponham a ser faróis em meio ao turbilhão de incertezas. Quando o adulto retorna ao seu lugar simbólico, a criança reencontra o chão que sustenta sua travessia rumo à maturidade.

Reconstruindo presenças: caminhos para ressignificar o papel do adulto na formação infantil

A presença do adulto na formação infantil tem se tornado um tema central diante dos desafios atuais da educação e da convivência social. A velocidade das transformações, o individualismo e a mediação tecnológica enfraquecem os vínculos e produzem um convívio superficial, marcado por uma “presença ausente”. Reconstruir presenças significa restituir o papel ético e afetivo do adulto como mediador das experiências infantis, alguém capaz de sustentar o diálogo e oferecer segurança emocional. O desafio está em equilibrar cuidado e liberdade, garantindo à criança autonomia sem abandono e proteção sem autoritarismo, resgatando o valor humano da convivência geracional.

O papel do adulto como mediador simbólico é fundamental para o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança, pois a infância necessita de presenças que traduzam o mundo e ajudem a construir sentido.

29 PEREIRA, T. R.; MENDES, A. C. Ausência parental e desenvolvimento emocional: um olhar sobre as novas formas de orfandade. *Revista Humanidades & Inovação*, v. 9, n. 4, p. 112–126, 2022, p. 114.

30 GONÇALVES (2019, p. 59).

Segundo as reflexões de Oliveira *et al.*³¹, “a ausência de uma mediação afetiva e constante conduz a criança a buscar referências em modelos efêmeros, baseados no consumo e na aparência”. A figura adulta deve representar continuidade e testemunho, oferecendo segurança e diálogo entre gerações. Sem essa mediação, meninos e meninas crescem em meio a estímulos desconexos, sem apoio para elaborar emoções e conflitos.

A autoridade educativa deve ser compreendida como um gesto de cuidado e escuta, distante do autoritarismo. O adulto formador oferece segurança e orientação, ajudando a criança a lidar com frustrações e a reconhecer limites como parte do crescimento. Conforme Carvalho³² afirma, “o limite, quando fundamentado na escuta e no afeto, não restringe, mas orienta; ele indica caminhos e dá segurança para o crescimento”, e, como complementa Morgado³³, “negar a autoridade é negar à criança o direito de ter um guia que a conduza na descoberta do mundo”. Recuperar esse papel é um ato ético que reafirma o compromisso adulto com o desenvolvimento infantil.

A reconstrução das presenças adultas também passa pela redescoberta da escuta. Estar presente não significa apenas falar, mas saber ouvir o que a criança comunica em gestos, silêncios e brincadeiras. Nas análises de Barros³⁴:

A escuta é o primeiro gesto pedagógico do cuidado, pois traduz o reconhecimento da criança como sujeito de palavra e de direitos. Essa escuta, contudo, requer tempo, atenção e sensibilidade, qualidades cada vez mais raras em uma sociedade acelerada e hiperconectada.

Ao priorizar a produtividade e o desempenho, o mundo adulto tende a reduzir a infância a uma fase preparatória, esquecendo-se de sua potência criativa e simbólica. O reencontro com a presença plena demanda desaceleração e disponibilidade emocional, o que implica rever modos de vida e valores.

Reconstruir presenças é também um ato político, pois implica repensar os espaços sociais que estruturam as relações entre gerações. A

31 OLIVEIRA, L. M. *et al.* A emergência do adulto brincante na formação continuada. *Revista Brasileira de Educação*, 2025, p. 73.

32 CARVALHO, R. S. de. Pedagogia do cotidiano na (e da) Educação Infantil. *Em Aberto*, v. 30, n. 100, set./dez. 2017, p. 59.

33 MORGADO, T. W. C. A importância da integração do ser criança ao ser adulto. *Revista IGT*, v. 18, n. 34, 2021, p. 85.

34 BARROS, M. I. A. Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza. 2018, p. 112.

escola precisa ser entendida não apenas como local de ensino, mas como ambiente de convivência, diálogo e formação humana. Nela, o educador assume papel essencial ao acolher a curiosidade infantil e favorecer a construção de vínculos baseados em confiança e respeito. A presença ativa do professor fortalece o sentido ético e afetivo da aprendizagem, permitindo que o conhecimento floresça no encontro entre sujeitos. Quando a escuta e a cooperação são valorizadas, a escola se torna território de humanização e pertencimento.

No âmbito familiar, reconstruir presenças adultas exige repensar o tempo de convivência e a qualidade dos vínculos estabelecidos com as crianças. A rotina acelerada e a dependência tecnológica têm reduzido o espaço para o diálogo e o cuidado compartilhado. Como afirma Morgado,³⁵ “a terceirização do cuidado produz um tipo de vazio relacional que nenhuma ferramenta digital é capaz de preencher”, e, conforme acrescenta Falco³⁶, “a presença significativa nasce da escuta e do gesto cotidiano que confirma o lugar do outro”. Estar presente é mais que acompanhar: é dedicar atenção e afeto, cultivando, na repetição dos gestos, a experiência do pertencimento.

A infância precisa de adultos inteiros, capazes de sustentar a palavra e de nomear o mundo. De acordo com o que sustenta Villar³⁷:

A criança aprende a confiar no mundo quando confia no adulto que o apresenta. Isso significa que a presença não é apenas física, mas simbólica: envolve coerência entre discurso e prática, entre o que se diz e o que se faz. O adulto ausente de si mesmo, fragmentado ou descrente, dificilmente pode oferecer segurança simbólica à criança.

Por isso, reconstruir presenças exige também um movimento de autoconhecimento e de reencantamento do próprio adulto, para que possa exercer sua função formadora de modo íntegro e consciente.

Reconhecer a importância do adulto na formação infantil é compreender que sua presença atua como mediadora de sentidos e valores. O adulto é quem introduz a criança no mundo, ajudando-a a interpretar experiências e a construir critérios éticos. No cenário atual, marcado pela fragmentação das relações e pela valorização do imediato, esse papel vem sendo enfraquecido. A ruptura da cadeia simbólica afeta a confiança e o sentimento de pertencimento, deixando a infância vulnerável a influências

35 MORGADO (2021, p. 94).

36 FALCO, M. O papel dos adultos e a participação de todas as crianças em contextos de educação infantil. *Cadernos Zero a Seis*, 2022, p. 46.

37 VILLAR, R. S. O encontro do adulto com as infâncias em dissidência. *Revista Latino-Americana de Políticas e Formações Culturais*, 2024, p. 67.

externas e transitórias. Reconstituir presenças significa resgatar o elo entre gerações e reafirmar a convivência como fundamento da aprendizagem e da vida coletiva.

A presença do adulto é essencial para que a criança desenvolva autonomia de forma segura e equilibrada. É a constância afetiva que lhe dá coragem para explorar o mundo e enfrentar desafios, sabendo que há um amparo disponível. Quando o adulto se mostra ausente ou inconstante, instala-se a insegurança, comprometendo o fortalecimento da autoconfiança e da responsabilidade. Cabe ao adulto oferecer o suporte simbólico que sustenta o crescimento e torna o erro parte do aprendizado. Família e escola devem ser vistas como espaços de experimentação e diálogo, onde o desenvolvimento ocorre em ambiente de confiança e escuta.

De acordo com Carvalho³⁸, “a presença formadora é aquela que combina ternura e firmeza, orientando sem anular”, evidenciando que educar é um ato de cuidado e responsabilidade. Essa visão propõe uma pedagogia do vínculo, na qual afeto e limite coexistem como expressões de compromisso ético. A infância necessita de adultos coerentes, capazes de acolher e orientar sem invadir o espaço da descoberta. Conforme observa Barros³⁹, “a ausência de fronteiras claras entre o universo infantil e o adulto gera confusões simbólicas que dificultam o amadurecimento psíquico”. O adulto presente reconhece a diferença e auxilia a criança a compreender seu próprio desejo.

A reconstrução das presenças também requer um reposicionamento do adulto frente às tecnologias e às novas formas de sociabilidade. Em uma cultura mediada por telas, o desafio está em criar experiências compartilhadas que escapem da lógica do isolamento digital. Segundo o que observa Morgado⁴⁰:

A tecnologia não é o problema em si, mas o modo como ela se interpõe entre as pessoas e redefine o tempo de convivência. O adulto formador precisa mediar o uso das tecnologias, transformando-as em instrumentos de criação e diálogo, e não de alienação. A mediação tecnológica é também um exercício de presença, pois exige que o adulto acompanhe, escute e oriente as práticas digitais das crianças com criticidade e sensibilidade.

38 CARVALHO (2017, p. 61).

39 BARROS (2018, p. 118).

40 MORGADO (2021, p. 97).

No campo pedagógico, reconstruir presenças significa resgatar o papel do educador como mediador de sentidos e de experiências humanas. Mais do que transmitir conteúdos, o professor precisa inspirar, escutar e criar vínculos que deem significado ao aprendizado. A escola deve recuperar sua dimensão relacional, fortalecendo o diálogo e a empatia como fundamentos do processo formativo. Isso requer formação docente sensível à diversidade e ao desenvolvimento emocional dos alunos. A presença educativa é, portanto, um gesto ético e político, que reconhece o ensino como encontro entre sujeitos e não como mera transmissão de informações.

Reconstruir presenças, por fim, é também um convite ao autoconhecimento. O adulto só pode ser referência se reconhecer seus próprios limites e fragilidades, cultivando a escuta interior e a disposição para aprender com as novas gerações. Como afirmado por Villar⁴¹, “a autoridade verdadeira nasce da autenticidade; é o adulto inteiro, consciente de si, que pode inspirar confiança e admiração”. Essa consciência ética permite ao adulto reencontrar o sentido de sua missão educativa, resgatando a esperança e a responsabilidade compartilhada pelo destino comum das crianças.

Reconstruir presenças significa ir além da simples convivência física: é habitar o tempo do outro com escuta, empatia e compromisso. O grande desafio contemporâneo está em reinventar formas de encontro que restabeleçam o valor do diálogo e da responsabilidade compartilhada entre gerações. Estar presente é um gesto educativo e político, pois expressa o cuidado com o crescimento do outro e com a continuidade da vida coletiva. Reencantar o papel do adulto na formação infantil implica reconhecer que cada gesto de atenção e disponibilidade reafirma o vínculo que sustenta o desenvolvimento humano.

Considerações finais

A discussão apresentada ao longo deste artigo evidencia que a adultização da infância e a nova orfandade simbólica são faces de um mesmo fenômeno: a crise da presença adulta e o enfraquecimento das referências éticas e afetivas que sustentam o processo formativo. Ao abdicar de sua função mediadora, o adulto contemporâneo deixa de ser elo entre gerações e converte-se em espectador das transformações que ele próprio alimenta.

41 VILLAR (2024, p. 70).

A infância, desprovida de balizas simbólicas, é lançada em um mundo saturado de estímulos, mas empobrecido de vínculos e significados. Nesse cenário, meninos e meninas são convocados a amadurecer precocemente, enquanto os adultos, tomados pela pressa e pela fragmentação, perdem a capacidade de sustentar o tempo do cuidado e da escuta.

A análise permitiu constatar que o fenômeno da adultização da infância vai além da antecipação de papéis sociais: ele representa uma distorção na transmissão de valores e na formação da subjetividade. A ausência de limites claros entre o universo infantil e o adulto produz confusões simbólicas que comprometem a construção da autonomia e da responsabilidade. Por outro lado, a orfandade simbólica reflete a desistência do adulto de ocupar seu papel de mediador cultural e afetivo. Em um contexto marcado pela lógica do consumo, pela superficialidade das interações e pela ilusão de autonomia precoce, a presença adulta torna-se rarefeita e substituída por simulacros de convivência mediados por telas e discursos efêmeros.

A superação desse quadro exige uma reconstrução das presenças, compreendendo-as como gesto ético, político e afetivo. Estar presente não significa controlar ou dominar, mas acompanhar e testemunhar. O adulto que educa e orienta é aquele que reconhece na infância um território de descoberta e não de imposição. Recuperar o sentido da autoridade simbólica implica compreender que orientar é também cuidar, e que o limite, quando sustentado pelo afeto e pela coerência, torna-se um convite ao crescimento. A função adulta, nesse contexto, precisa ser ressignificada: trata-se de oferecer o chão simbólico que permita à criança arriscar-se, errar e elaborar suas próprias experiências com segurança e sentido.

A escola e a família, principais espaços de socialização, devem reconstituir seus papéis como territórios de diálogo e pertencimento. A instituição escolar precisa reafirmar-se como lugar de convivência entre gerações, no qual o educador atua como mediador de saberes, valores e emoções. A escuta atenta e o vínculo afetivo são condições indispensáveis para que o ensino se converta em experiência humanizadora. Já no âmbito familiar, o desafio está em reconquistar o tempo de estar junto, rompendo com a lógica da pressa e do imediatismo. É no cotidiano compartilhado, nos gestos de cuidado e na constância do olhar, que se constroem as memórias afetivas e o sentimento de confiança.

A reconstrução das presenças adultas demanda também um movimento interno: é preciso que o próprio adulto se reencontre consigo,

reconhecendo suas fragilidades e assumindo a responsabilidade de testemunhar o mundo às novas gerações. Ser referência não é ser infalível, mas ser coerente — é aceitar o dever de sustentar a palavra e o compromisso com a formação do outro. A sociedade contemporânea precisa de adultos inteiros, capazes de equilibrar firmeza e ternura, razão e sensibilidade. Somente assim será possível restaurar o elo simbólico entre infância e maturidade, rompido por décadas de desvalorização da autoridade e de culto à juventude eterna.

Por fim, proteger a infância e restituir o papel do adulto é um ato de resistência cultural. Em meio à fragmentação dos laços e à colonização do imaginário infantil pelo consumo, defender o tempo da escuta, do brincar e da convivência é reafirmar o valor do humano. A presença adulta, quando exercida com empatia e responsabilidade, é o antídoto contra o vazio simbólico que marca nosso tempo. Reconstruir presenças é, portanto, reencantar a vida em comum e reabrir caminhos para que cada criança possa crescer amparada por vínculos sólidos e experiências significativas.

Referências

ARAÚJO, L. C. M. de. **Ressignificando a concepção de cuidar, educar e brincar**. Anais CONEDU, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA9_ID3260_17082020101238.pdf. Acesso em: 8 set. 2025.

ASSEMANY, N. M. **Superestimulação na infância: uma questão contemporânea**. Psicologia: Teoria e Prática, v. 18, n. 1, p. 155–170, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-62952016000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 16 ago. 2025.

BARROS, M. I. A. **Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza**. 2018. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Desemparedamento_infancia.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

CARVALHO, R. S. de. **Pedagogia do cotidiano na (e da) Educação Infantil**. Em Aberto, v. 30, n. 100, set./dez. 2017. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2021/10/pedagogia-do-cotidiano-na-e-da-educacao-infantil.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

CASTILHOS, G. P. S. de; LEANDRO, J. da S. **A inserção da criança no mundo do adulto: reflexões sobre o processo de adultização**

infantil. Trilhas Pedagógicas, v. 8, n. 8, p. 165–175, ago. 2018.

Disponível em: <https://fatece.edu.br/arquivos/arquivos-revistas/trilhas/volume8/11.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

FALCO, M. **O papel dos adultos e a participação de todas as crianças em contextos de educação infantil.** Cadernos Zero a Seis, 2022.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/83099>. Acesso em: 17 set. 2025.

FERREIRA, H. M. **A adultização infantil na contemporaneidade.**

Revista Humanidades e Inovação, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/7040/3813>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FREITAS, R. B. de; RUSSO, G. H. A.; BARBALHO, M. S.;

MEDEIROS, N. da N.; SILVA, N. G. B. **“Na frente das câmeras, por trás das telas”: a adultização da infância no Instagram.** Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00228.pdf>. Acesso em: 6 set. 2025.

GALVÃO, A. M. de O.; NEIVA, L. M. de R.; JINZENJI, M. Y. **O lugar dos pertencimentos do escritor-adulto na reconstrução das memórias de infância.** Pro-Posições, v. 29, n. 3, e20170117, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/Yv8GbjSgtptPXSJYrBpkWrH/?lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2025.

GONÇALVES, M. R. Órfãos funcionais: uma reflexão sobre a ausência emocional na parentalidade contemporânea. Revista Cognito, v. 2, n. 1, p. 34–48, 2019. Disponível em: <https://revista.fidelis.edu.br/index.php/cognito/article/view/17/17>. Acesso em: 31 ago. 2025.

LAJONQUIÈRE, L. **As crianças, a educação e os sonhos adultos.** Estilos da Clínica, v. 24, n. 1, p. 85–100, 2019.

Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-71282019000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 14 set. 2025.

LIMA NETO, A. R.; ISCHIARA, J. C. **Crianças e adolescentes órfãos: um estudo sobre a influência da orfandade no processo de formação psicossocial e desenvolvimento da personalidade.** Revista Expressão Católica, v. 5, n. 1, p. 47–59, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324955284_CRIANCAS_E_ADOLESCENTES_ORFAOS_UM_ESTUDO SOBRE_A_INFLUENCIA_DA_ORFANDADE_NO_PROCESSO_DE_FORMACAO_PSICOSSOCIAL_E_DESENVOLVIMENTO_DA_

PERSONALIDADE. Acesso em: 10 set. 2025.

LIMA, R. S. D. E. S. **Vulnerabilidade digital e riscos da adultização precoce em mídias sociais.** Revista Brasil de Pesquisa e Educação Contemporânea, 2025. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/390>. Acesso em: 28 set. 2025.

MORELLI, A. J. **A criança, o menor e a lei: a institucionalização da infância abandonada no Brasil.** Cadernos CEDES, v. 17, n. 43, p. 63–78, 2021. Disponível em: <https://www.aacademica.org/ailton.jose.morelli/7.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MORGADO, T. W. C. **A importância da integração do ser criança ao ser adulto.** Revista IGT, v. 18, n. 34, 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v18n34/1807-2526-igt-18-34-0049.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

OLIVEIRA, L. M. *et al.* **A emergência do adulto brincante na formação continuada.** Revista Brasileira de Educação, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/cWkq9TPVmnS7rP3FmcSpkTS/>. Acesso em: 6 set. 2025.

OLIVEIRA, M. R. F. de *et al.* **Os lugares da infância nos editoriais de moda: uma análise sobre a adultização da criança na sociedade do consumo.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, v. 24, n. esp3, p. 1856–1872, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14361>. Acesso em: 18 set. 2025.

PEREIRA, T. R.; MENDES, A. C. **Ausência parental e desenvolvimento emocional: um olhar sobre as novas formas de orfandade.** Revista Humanidades & Inovação, v. 9, n. 4, p. 112–126, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7456>. Acesso em: 1 set. 2025.

ROZÁRIO, J. D. do. **Leituras da orfandade: família, declínio do pai e novas formas de subjetivação.** Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2020. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_3547_Jefferson%20Di%C3%A1rio%20do%20Roz%C3%A1rio.pdf. Acesso em: 27 set. 2025.

SILVEIRA NETTO, C. F. **O fim da infância? As ações de marketing e a “adultização”.** Revista Administração Mackenzie, v. 11, n. 6, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/snLZGH3RKdccMhQ7STf9tFq/>. Acesso em: 22 set. 2025.

SOUSA, A. L. de; et al. **Influência midiática na adultização e**

erotização e as implicações no desenvolvimento infantil. Revisão bibliográfica, 2023. Disponível em: <https://uniateneu.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/INFLUENCIA-MIDIATICA-NA-ADULTIZACAO-E-EROTIZACAO-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

TRINDADE, J. M. B. **O abandono de crianças ou a negação do óbvio.** Revista Brasileira de História, v. 19, n. 38, p. 189–210, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26357576_O_abandono_de_crianças_ou_a_negação_do_obvio. Acesso em: 9 set. 2025.

VILLAR, R. S. **O encontro do adulto com as infâncias em dissidência.** Revista Latino-Americana de Políticas e Formações Culturais, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/7k3LGMYxmG4xj7cYN8cbKFS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.